

GT35: Drogas, saberes e direitos

Frederico Policarpo, Bia Labate

Essa proposta é uma nova edição do GT que se encontra desde 2013. O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexiste em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/liberação/legalização.

Redes morais de usufruidores cultivadores de Cannabis para fins psicoativos

Autoria: Marco Vinicius de Castro, Paulo Cesar Pontes Fraga

Este trabalho partiu do objetivo compreender como os atores que cultivam a própria maconha para uso psicoativo se relacionam com as regras formais e informais. A questão cerne do estudo foi a seguinte: Porque mesmo passíveis de punições, tanto formais quanto informais, alguns atores ainda se arriscam a plantar a própria maconha? Para abordar este problema, a pesquisa seguiu os critérios do desenho de uma pesquisa de cunho qualitativo para investigar como esses atores tecem o mundo à sua volta. Partindo de um trabalho de campo pautado por interações e entrevistas semiestruturadas, buscamos mapear as perspectivas dos atores envolvidos na prática do cultivo da própria maconha. Plantar Cannabis para o consumo próprio no Brasil, quando não é permitido via habeas corpus, esses que geralmente são exclusivamente voltados para o uso medicinal da planta, é considerado crime, e como qualquer outro ato de tal natureza, invocam-se contra seus autores reações punitivas por parte da sociedade, sejam essas reações formais ou informais. Foi observado que esses atores configuram uma moralidade singular por meio de suas práticas extralegis. Do ponto de vista deles, mapeado em entrevistas qualitativas, observamos que esses atores têm suas próprias perspectivas morais e configuram conflitos com regras formais e informais. Portanto, os cultivadores da própria maconha para fins psicoativos apresentam uma série de argumentos para justificar por que eles estão certos e seus julgadores estão errados sobre suas práticas. Nessa perspectiva, observamos que a tentativa de controle através das leis e de suas imposições sugere que os estágios de imposição e conformação a elas são conflituosos, pois certos valores morais que permeiam determinadas leis formais geralmente podem ser guias insatisfatórios para as práticas de redes morais específicas. Do ponto de vista desses atores morais, plantar a própria Cannabis não é errado, e é a lei que está errada ao não permitir o plantio da própria maconha para fruição pessoal. Uma boa lei de drogas, segundo esses atores morais, seria uma que permitisse o cultivo da própria maconha para fins psicoativos. Portanto, esses atores demandam uma lei de drogas menos demagógica e moralista para motivar a aceitação moral e o reconhecimento jurídico de suas práticas. Logo, esses atores consideram o cultivo da própria maconha como algo legal, não no

sentido de conformidade com a lei, mas no sentido informal de que é a coisa certa a fazer, conotando suas qualidades positivas.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

